

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

- Atas n.ºs 131, 132, 133 e 134.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de parecer do PAR relativo à realização de um Congresso na AR

3.2. Pedidos de audiência

3.2.1. Fundação Monsenhor Alves Brás

3.2.2. ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica

4. Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a requerimento do BE, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos instrumentos de emprego científico – 15:00

5. Discussão de Projetos de Resolução

[Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto

6. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

[Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Extingue a Parque Escolar, E.P.E.

Deputado Relator: Pedro Alves (PSD)

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

[Petição n.º 538/XIII/3.ª](#) - Exigem o cumprimento da lei no que respeita aos conselhos de turma, nomeadamente às reuniões de avaliação.

Subscritores: 50

(Petição a distribuir ao GP do PS)

8. Outros Assuntos

9. Data da próxima reunião

- 03 de outubro, 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Foi consensualizado incluir na Ordem do Dia a apreciação e votação dos requerimentos do PSD e do CDS-PP, para se proceder à audição, respetivamente, do Reitor da Universidade de Lisboa e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Ordem do Dia, com essa alteração, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

As atas n.ºs 131, 132 e 133 foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de parecer do PAR relativo à realização de um Congresso na AR

O Presidente da Comissão referiu que o Presidente da Assembleia tinha solicitado que a Comissão se pronunciasse sobre o pedido da Associação de Professores de História em relação à realização na Assembleia da República (AR) do seu Congresso anual.

Ponderada a matéria, foi consensualizado informar que a Comissão nada tem a opor à realização do Congresso na Assembleia.

3.2. Pedidos de audiência

3.2.1. Fundação Monsenhor Alves Brás

Apreciado o pedido de audiência da Fundação Monsenhor Alves Brás, entidade proprietária da Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social, com o objetivo de expor as preocupações relacionadas com o estado atual do ensino profissional, foi consensualizado que a mesma seria presidida por um Deputado-piloto. O PSD, a quem foi distribuída a audiência, indicou para o efeito a Deputada Ana Sofia Bettencourt.

3.2.2. ABIC – Associação de Boleiros de Investigação Científica

Apreciado o pedido de audiência da ABIC, com o objetivo de expor as preocupações relacionadas com o estado do emprego científico em Portugal, foi consensualizado realizá-la numa reunião próxima da Comissão.

4. Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a requerimento do BE, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos instrumentos de emprego científico – 15:00

O Senhor Presidente deu as boas vindas à delegação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), melhor identificada na [página da audição](#) e indicou a grelha de tempos disponíveis para a mesma.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) pediu informação sobre os números de investigadores que serão contratados por aplicação da norma transitória do diploma do emprego científico ([Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), alterado pela [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)) e pelo Programa “Estímulo ao Emprego Científico”, questionando os números já conhecidos, nomeadamente os 500 investigadores no Programa referido.

Perguntou depois se a FCT já fez um balanço da aplicação da norma transitória, se vai apresentar nova data para o Programa referido e qual a estratégia que vai adotar para cumprimento do objetivo fixado pelo Governo de se atingirem durante a legislatura 5.000 contratos na carreira.

O Senhor Presidente da FCT informou que atualmente há cerca de 1.900 concursos para contratos, já há muitos contratos assinados, prevendo-se a assinatura de mais a curto prazo e estão em curso processos para cerca de 4.900 investigadores integrarem a carreira. Esclareceu ainda que o concurso de “Estímulo ao Emprego Científico” era para 500 vagas, os investigadores concorreram para as que entenderam e depois a FCT distribuiu as vagas em função dos concorrentes, tendo a taxa de sucesso sido de 12%, que é comparável às taxas internacionais e do passado. Informou ainda que a FCT vai abrir outro concurso até ao final do ano.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que tem indicação de que, em 31/8/2018, os números da norma transitória, e os 5.000 contratos previstos, estavam muito longe de serem cumpridos. Questionou depois se o concurso para 2018 vai mesmo abrir e indicou que no concurso de 2017, a muitos investigadores muito conhecidos e com projetos muito importantes, foi-lhes negado apoio. Pediu ainda esclarecimento sobre o tratamento a dar aos investigadores que foram aprovados quer no Programa “Estímulo ao Emprego Científico”, quer também ao abrigo da norma transitória, questionando a compatibilização das 2 situações.

O Senhor Presidente da FCT explicitou os números de contratos ao abrigo das várias situações, que totalizam cerca de 4.900 e disponibilizou um quadro com esses números (disponível na [página da audição](#)). Referiu depois que vão abrir outro concurso em 2018 e defendeu que o

concurso de 2017 seguiu as melhores práticas internacionais, tendo descrito a respetiva tramitação e que todas as pessoas foram tratadas da mesma forma, tendo sido selecionados 500 investigadores, que são excelentes e será celebrado o mesmo número de contratos, sendo as remunerações as previstas na lei.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o Observatório da Ciência tem todos os números e a avaliação é independente, não tendo a FCT responsabilidade pela mesma. Perguntou depois que garantia é que o sistema dá de que os investigadores agora contratados ficarão nas respetivas instituições. Defendeu ainda mais crescimento no emprego no setor privado e não só com pagamentos assegurados pela FCT.

O Senhor Presidente da FCT informou que estão a dar a maior importância ao robustecimento das instituições, a programas doutorais a fazer pelas mesmas e também estão a apoiar a respetiva internacionalização. Enfatizou ainda os programas com vários países estrangeiros, a experiência de grande valor consubstanciada pelos laboratórios colaborativos e a colaboração com as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional para atribuição de apoio para recursos humanos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) perguntou como tinha sido feita a distribuição dos 500 contratos pelos 4 grupos, que erros e divergências se tinham verificado no concurso e qual a eventual correção para o futuro, realçando ainda que se perdem os conhecimentos de vários investigadores que não foram aprovados no mesmo. Referiu depois que há 1.910 concursos já abertos ao abrigo da norma de transição e aproximadamente 90 não têm apoio da FCT, pedindo explicações para essa situação. Questionou ainda se há informação sobre os concursos abertos por instituições públicas e privadas e qual é a estratégia de passar os concorrentes aprovados para a carreira.

O Senhor Presidente da FCT referiu que a questão geracional dos investigadores não teve influência a montante e os painéis de avaliação estão a ponderar as questões colocadas pelos candidatos no âmbito da audiência prévia. Informou depois que a taxa de sucesso médio dos investigadores da FCT que concorreram foi de 26%.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) realçou a precariedade dos investigadores, referiu que o concurso individual é de 2017, terá a conclusão em 2018 e questionou quando vão começar a receber remuneração. Perguntou também se o concurso de 2018 vai ser aberto antes ou depois da decisão no âmbito da audiência prévia do processo atualmente em curso. Questionou depois o que vai acontecer em relação à avaliação das unidades de investigação.

O Senhor Presidente da FCT referiu que idealmente o concurso de 2018 só devia ser aberto após a conclusão das audiências prévias em curso. Informou depois que o resultado final do concurso individual deve gerar 500 contratos e esclareceu várias situações específicas.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) congratulou-se com a celebração de cerca de 1.600 contratos através do concurso de projetos de I&D 2017 e referiu depois que a aplicação do

PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, não está a ser equacionada e devia sê-lo.

O Senhor Presidente da FCT indicou que a Fundação está a entregar cerca de 80.000.000€ às instituições.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) indicou que os bolseiros e os investigadores queixaram-se dos concursos e a FCT, como gestora de ciência, não é eficaz e não presta bom serviço, fazendo uma má gestão dos concursos abertos. Nessa linha referiu ainda que a FCT atribuiu quotas e parece ter prejudicado os investigadores mais experientes, não valorizando convenientemente quem mais alavanca o investimento em Portugal.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) perguntou se no final dos contratos de seis anos vai ser avaliado o histórico das instituições em termos de contratação de investigadores e da integração dos mesmos.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) enfatizou que atualmente as bolsas estão a ser trocadas por contratos a termo e questionou se há vontade de passar depois para a entrada dos investigadores na carreira de investigação.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) perguntou quando e como vai ser feita a avaliação das unidades de investigação, qual o balanço dos bolseiros financiados por fundos públicos e na sequência dos resultados das bolsas de doutoramento, qual a previsão para a celebração dos contratos e receção dos subsídios. Realçou ainda a importância da avaliação dos resultados do concurso individual.

O Senhor Presidente da FCT informou que a Fundação não utilizou quotas, tendo sido dadas as mesmas oportunidades a todos os investigadores, seniores ou juniores e a avaliação das instituições teve em conta o seu histórico em termos de contratação de investigadores. Defendeu depois que a FCT, como agência de financiamento, tem os montantes definidos pela Assembleia da República, é reconhecida internacionalmente, mas tem de passar a comunicar melhor. Indicou ainda que querem garantir que sejam contratados 5.000 investigadores e isso representa um esforço muito grande.

Informou que a avaliação das unidades de I&D está em curso, deu conta de que é difícil arranjar coordenadores para todos os painéis e referiu que não pode garantir que a avaliação seja toda feita até ao final de 2018. Em relação às bolsas de doutoramento, esclareceu que a audiência prévia já terminou e está previsto concluir o processo em outubro. A terminar, reiterou a importância de mais comunicação por parte da FCT sobre o processo de avaliação e que este seja sempre desenvolvido por entidade externa.

A gravação em formato vídeo está disponível na [página da audição](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Discussão de Projetos de Resolução

[Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto

Adiado, a pedido do PSD.

6. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

[Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Extingue a Parque Escolar, E.P.E.

Deputado Relator: Pedro Alves (PSD)

Adiado, a pedido do PSD.

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

[Petição n.º 538/XIII/3.ª](#) - Exigem o cumprimento da lei no que respeita aos conselhos de turma, nomeadamente às reuniões de avaliação.

Subscritores: 50

(Petição a distribuir ao GP do PS)

Apreciada a proposta de se solicitar o aperfeiçoamento da petição, a mesma foi aprovada por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Requerimento do PSD para audição do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa sobre a política de ensino superior

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) referiu a avaliação feita pelo Senhor Reitor em relação a várias medidas da política do ensino superior e justificou a importância de se fazer a audição do mesmo sobre essa matéria.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) concordou com a audição, embora discordando de algumas justificações.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS.

9. Requerimento do CDS-PP para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para prestar esclarecimentos sobre o recuo na equiparação de graus académicos para efeitos de concursos e outros

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) justificou o requerimento, tendo o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referido que a matéria podia ser equacionada na audição regimental do Senhor Ministro.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS.

10. Outros Assuntos

10.1. Pedido de audiência da AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global

Analisado o pedido de audiência da AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global – que promoveu o projeto “[Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global](#)”, foi consensualizado realizá-la por Deputado-piloto, a indicar pelo PS e que a mesma seja feita em conjunto com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

10.2. Pedido do PAR de emissão de parecer sobre o acolhimento da Conferência “Cidadania e Sociedade Civil”, a promover pela PASC – Plataforma das Associações da Sociedade Civil - dia 6 ou 27 de novembro (terças-feiras), na sala do Senado

Ponderada a matéria, foi consensualizado comunicar ao Presidente da Assembleia da República (PAR) que a Comissão nada tem a opor à realização do Conferência no Parlamento.

10.3. European Interparliamentary Space Conference

Avaliado o convite para participação na European Interparliamentary Space Conference, que vai ocorrer a 15 e 16 de outubro, em Bruxelas, Bélgica, atenta a matéria da Conferência e a agenda de trabalhos da Comissão, não foi indicado nenhum Deputado para participar na mesma.

10.4. Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Face às datas propostas pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para realização da sua audição por requerimento do PCP e do CDS-PP, foi consensualizado realizá-la no dia 17 de outubro, às 10h.

11. Data da próxima reunião

- 03 de outubro, 10h00

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', written in a cursive style.

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Odete João
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista
Ivan Gonçalves